



# CONTRATUH

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

## BOLETIM INFORMATIVO



[www.contratuh.org.br](http://www.contratuh.org.br)

22 DE JULHO DE 2016

Nº 64

### **Ministro diz que não vai trair trabalhador com mudança na legislação trabalhista**

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse nesta quinta-feira (21) em São Paulo que a proposta de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que permitirá que a negociação em acordo coletivo prevaleça sobre a determinação legal, vai respeitar a Constituição e será amplamente discutida com os trabalhadores.

Em evento nesta quinta-feira, na sede do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano em São Paulo, no centro da capital paulista, o ministro afirmou que o trabalhador não será surpreendido. “O trabalhador não será traído pelo seu ministro do Trabalho”, disse Nogueira aos participantes.

Antes de falar aos trabalhadores, o ministro reafirmou que a reforma trabalhista sai até o fim deste ano e que a flexibilização na CLT deve atingir, por exemplo, a questão salarial e a jornada de trabalho.

### **Interpretação**

“Vamos atualizar a legislação. Os direitos não serão revogados. Direito não se revoga, direito se aprimora. Pretendemos promover uma legislação que traga mais clareza nessa relação de contrato entre trabalhador e empregador.”

De acordo com Ronaldo Nogueira, no contrato não pode ter interpretação subjetiva. “Isso traz insegurança jurídica. Vamos trabalhar nessa

questão, que vai tratar especialmente sobre o prestigiamento da convenção coletiva. Vamos definir em que pontos a convenção coletiva poderá deliberar nessa relação entre capital e trabalho, como questões de salário, carga horária e momentos de crise, entre eles o PPE (Programa de Proteção ao Emprego)”, acrescentou o ministro. “Entendemos que o acordado não pode prevalecer sobre o legislado. Se não, não não precisa lei. Pretendemos prestigiar a convenção coletiva e vamos definir em que pontos”, ressaltou. O ministro disse ainda que a lei “vai dar diretrizes e estabelecer limites para que a convenção coletiva possa deliberar”. Segundo ele, as mudanças na legislação trabalhista não serão polêmicas, porque a intenção do ministério é discutir esses pontos com os trabalhadores e sindicatos.

### **Trabalhadores**

“Até o fim do ano [a reforma trabalhista será aprovada] e não vai ter polêmica, porque a construção será elaborada tendo a participação dos trabalhadores. Temos como inimigo comum o desemprego. Hoje, temos 12 milhões de desempregados. Precisamos oferecer ao mercado um contrato que traga segurança e não fique sujeito a interpretações subjetivas que gerem insegurança.” Para evitar que trabalhadores representados por sindicatos com menor poder de



# CONTRATUH

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

## BOLETIM INFORMATIVO



[www.contratuh.org.br](http://www.contratuh.org.br)

22 DE JULHO DE 2016

Nº 64

negociação possam ser prejudicados com esses acordos, o ministro informou que o ministério vai promover a capacitação de dirigentes sindicais. “Pretendemos, nos termos da Constituição, fortalecer o princípio da unicidade sindical e dar legitimidade maior ao sindicato na hora da homologação da rescisão do contrato”, adiantou. Quarta-feira (20), o ministro afirmou em Brasília que a proposta de reforma trabalhista também inclui outras duas questões: a regulamentação da terceirização no país e a possibilidade de tornar o PPE permanente.

### Terceirização

Sobre a terceirização, o ministro disse que as propostas em tramitação no Senado servirão como “fonte de estudos para essa legislação”. “Vamos definir, dentro de uma categoria econômica, quais são os serviços objeto desse contrato de serviços especializado. Não gosto da expressão terceirização, porque isso remete à ideia de passar a um terceiro a responsabilidade que é tua. Vamos trabalhar na elaboração de uma legislação que trata do contrato de um serviço especializado”, esclareceu.

Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah acompanhou a visita de Ronaldo Nogueira ao Sindicato dos Motoristas. Depois de se reunir com o ministro e de presenciar o discurso de Nogueira aos trabalhadores, Patah falou com os jornalistas e

disse que as centrais sindicais estão buscando diálogo com o ministério, mas que não vão aceitar que “se rasgue a CLT”. “A questão do negociado sobre o legislado é uma questão muito complexa. Do ponto de vista da valorização da convenção coletiva, da negociação, somos favoráveis. Mas, não é por conta disso que teremos de rasgar a CLT. Temos de ter alguns cuidados. Por isso, estamos discutindo com as centrais sindicais uma alternativa. Queremos dialogar. Não queremos falar não para tudo, mas não podemos ficar de olhos fechados e permitir, em um momento tão adverso, que se rasgue a CLT e que se tire direitos fundamentais dos trabalhadores”, destacou Patah.

### Segurança jurídica

Segundo ele, uma questão que preocupa bastante as centrais é sobre a jornada de trabalho. “A questão da jornada de trabalho nos preocupa quando temos a CNI, uma entidade patronal industrial e dos empresários, falando em se trabalhar 80 horas por semana. Como podemos permitir uma negociação com relação à carga horária se já temos percebido que os empresários querem nos transformar em máquinas? Temos de tomar muito cuidado. O mundo sindical está pronto para um diálogo. O mundo é outro, temos a questão da longevidade, da demografia, do mundo do trabalho moderno e temos que buscar alternativas para adequar. Mas não é por



# CONTRATUH

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

## BOLETIM INFORMATIVO



www.contratuh.org.br

22 DE JULHO DE 2016

Nº 64

conta dessas questões que vamos abrir mão dos nossos direitos”, ressaltou. Com relação à terceirização, Patah disse que o projeto aprovado na Câmara dos Deputados “é muito ruim e precariza a atividade laboral”. “Nós da UGT somos favoráveis à regulamentação da terceirização. Queremos segurança jurídica para o empresário, para o governo e principalmente para os trabalhadores. Mas isso não significa permitir a terceirização de todas as atividades, conforme aprovado na Câmara. Faremos mudança no Senado para termos segurança jurídica e não precarização.” Para o sindicalista, a atividade fim da empresa não pode ser terceirizada. “Queremos resgatar a atividade meio. A finalidade da empresa não pode ser terceirizada”, concluiu Patah.

Fonte: *Agência Brasil*

### **Frente em Defesa dos Trabalhadores promove audiências**

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora decidiu realizar calendário de audiências públicas em vários Estados. As atividades começam em agosto e seguem até dezembro.

O objetivo é mobilizar amplos setores sociais contra propostas que prejudiquem direitos trabalhistas em análise no Congresso Nacional. Entre elas, os Projetos de Lei 87/10

e 30/15 (terceirização sem limites); o PL 4.193/12 (prevalência do negociado sobre o legislado); e a PEC 18/11 que autoriza qualquer forma de trabalho a partir dos 14 anos de idade. Ao todo, o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) aponta 55 projetos de lei que representam ameaças aos direitos dos trabalhadores.

Frente – Criada em 18 de maio, a Frente já conta com a adesão de 197 deputados, 42 senadores e tem apoio das Centrais Sindicais, juízes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e das associações dos Magistrados (Anamatra) e Procuradores da Justiça do Trabalho (ANPT).

O calendário pode ser acessado em: [www.diap.org.br](http://www.diap.org.br)

Fonte: *Diap*

### **Desaposentação: uma nova realidade**

O número de idosos tem aumentado cada vez mais. Este fato é indicador de progresso social, porém, traz novas demandas e novos problemas. Grande parte dos idosos, no Brasil e no mundo, permanece trabalhando depois da aposentadoria, uma vez que, muitos deles têm plena capacidade de continuar desenvolvendo uma atividade laboral de maneira satisfatória.



# CONTRATUH

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

## BOLETIM INFORMATIVO



[www.contratuh.org.br](http://www.contratuh.org.br)

22 DE JULHO DE 2016

Nº 64

O estigma social de que o idoso é inútil e a aposentadoria o fim da carreira profissional de um indivíduo não tem mais razão de existir no contexto atual da terceira idade. Além do que, a aposentadoria para muitos idosos é sinal de redução de renda. Muitos precisam continuar trabalhando para manter o padrão de vida em que vivem ou porque dependem do complemento proporcionado pela atividade laboral para sobreviver. Com isso, passamos a viver uma nova realidade, vários aposentados que continuam a trabalhar após se aposentarem e permanecem contribuindo para o regime da previdência social.

Com o passar do tempo, estas pessoas passaram a ter direito a uma aposentadoria mais vantajosa, caso estas contribuições após a aposentaria entrassem no cálculo do benefício. Surge assim a desapontação, que nada mais é do que a renúncia da aposentadoria para uma aposentação mais favorável com computo das contribuições realizado após a aposentadoria do segurado. É um direito do segurado que pretende uma aposentadoria que ao mesmo tempo atenda seu direito a proventos para os quais contribuiu e lhe garanta uma vida mais digna.

Fonte: *Jusbrasil*